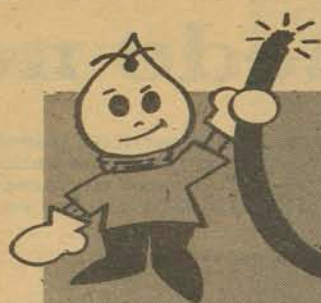




# Linha Viva

Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 132

04/04/91

SETOR ELÉTRICO  
**VIOLENCIA**  
As punições continuam

## Congresso prepara a CUT para a Greve Geral

Um debate com o teólogo e escritor Frei Beto vai marcar a abertura do IV Congresso da CUT Regional Grande Florianópolis, dia 5 de abril, às 19 horas, do plenário da Assembléia Legislativa. "Uma presença que ilustra a perspectiva de um congresso com muitos e profundos debates", sublinha Samuel Lima, atual presidente da entidade.

O Congresso segue no sábado e domingo, primeiro com as discussões nos grupos de trabalho, depois com a plenária final que vai votar as resoluções do encontro. No temário do congresso estão a conjuntura nacional, a estratégia da CUT, um plano de

lutas para a entidade e a eleição da nova direção. As discussões em grupo e a plenária acontecerão na sede da Federação dos Comerciantes — FECESC, na Avenida Mauro Ramos.

O Congresso Regional precede o congresso estadual e o nacional, que vai acontecer em setembro. "Este processo de congressos está fortalecendo a CUT, na medida em que vai sedimentando as concepções que a gente tem sobre a própria luta sindical", argumenta Delman Ferreira secretário da CUT Nacional.

Delman acredita que os congressos regionais que estão acontecendo em todo o país es-

tão encaminhando a central para a realização da greve geral prevista para maio. "Nossos congressos são realizados com a participação da base, e isso fortalece qualquer processo de mobilização. Assim fica mais fácil mostrarmos para o governo que nós temos alternativas que não passam pela recessão", afirma o sindicalista.

A CUT apresentou um projeto para Santa Catarina ao novo governador, "o nosso projeto para o estado", segundo Delman. A expectativa é que o congresso mobilize a central para disputar cada palmo dos destinos de SC e do Brasil.

## A posse dos representantes

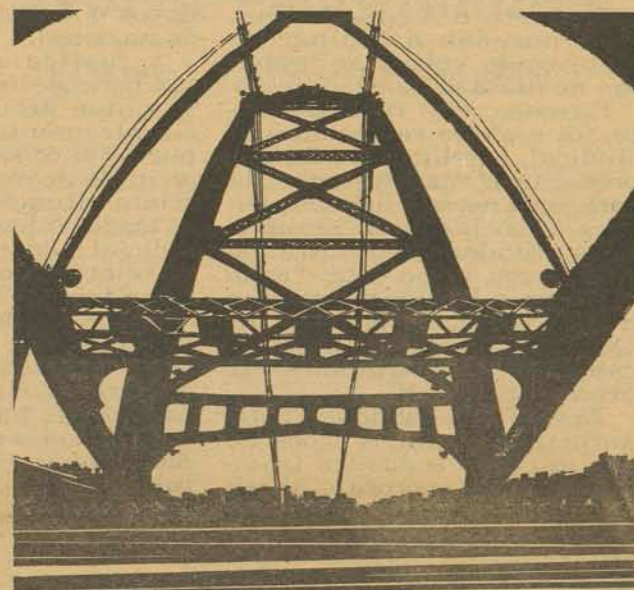
Segunda-feira foi o dia dos bobos, mas os dezenove representantes sindicais que tomaram posse nesse dia 1º de abril só queriam falar de coisas sérias. No novo auditório do Sinergia, eles receberam o estatuto da entidade, co-

nheceram um pouco da organização e funcionamento do Sindicato e apresentaram-se. Agora eles vão participar das reuniões semanais de diretoria e terão direito a voz e voto nas reuniões mensais do Conselho Deliberativo do Sinergia.

Ainda na primeira quinzena desse mês os representantes participarão de um curso que está sendo organizado pelo Departamento de Formação.

O curso vai tratar de questões básicas do sindicalismo: o que é, quando surgiu, para que serve, como se deu o desenvolvimento da consciência do militante, etc. Também será falado mais profundamente sobre a organização da entidade já que 15, dos 19 eleitos, estão no seu primeiro mandato. Destes estreantes o Departamento de Formação espera ouvir experiências, valorizá-las e discutir a questão da representação que eles possuem.

No Mato Grosso do Sul os representantes sindicais da Eletrosul tomaram posse no dia 28 de abril. Em Dourados Fábio Parente foi o eleito, e em Campo Grande, Flávio Juvenal Mendes.



**4º CONGRESSO  
CUT-REGIONAL  
FPOLIS-SC**

5 a 7 de abril-91

CELESC

## Garantia é a polêmica

Como esta edição do Linha Viva foi fechada antes da realização da reunião com a direção da Celsc não foi possível divulgar seus resultados, mas na tarde que antecedeu a negociação o secretário da Intersindical, Arno Veiga Cugnier sabia qual o ponto tomaria a maior parte das atenções — a manutenção da garantia no emprego para todos os celesquianos. "Esta é uma questão de princípio para o Sindicato. Sem a garantia no emprego os empregados ficam na berlinda, sua dignidade corre risco."

Arno lembra que num passado recente esta cláusula assegurou a reintegração de muitos empregados perseguidos politicamente. "Hoje ainda há outro agravante: a recessão." Também preocupa a Intersindical as contradições que rondam a Celsc, de um lado o discurso do enxugamento, do outro os comentários sobre a necessidade de novas contratações.



Solenidade foi no auditório do Sinergia

## Cascaes reintegrado, de novo

O juiz do trabalho Helmut Schaarchmidt reformulou o despacho que cassava a reintegração do representante do Sinergia João José Cascaes Dias à Eletrosul, atendendo a fundamentação apresentada pelo advogado do Sindicato, Nilo Kaway Jr., e pelo juiz Humberto d'Ávila Rufino, que concedeu a liminar. O empregado voltou ao trabalho no dia 3 de abril.

Cascaes, que recentemente, foi reeleito representante sindical, acredita que foi importante a manifestação da categoria nestas últimas eleições, e só lamenta retomar suas atividades encontrando a empresa como está: "acho que nem a Justiça agüenta os desmandos na Eletrosul. Queriam acabar com os sindicatos e estão destruindo a empresa por inteiro".

Destas idas e vindas a categoria tirou algumas lições. Se por um lado a Justiça tradicionalmente morosa e atualmente saturada de processos, ainda atende algumas de

suas reivindicações, em outras questões, mesmo emergenciais, como reajustes salariais, ela revela um atrelamento progressivo às ações do governo, não deixando outra alternativa para os trabalhadores, a não ser a construção de movimentos cada vez mais fortes e de representatividade nacional.

A justiça vem servindo, também, de instrumento a dirigentes de empresas que, simplesmente, querem empurrar as coisas para a frente, ao invés de resolver conflitos, criam situações artificiais e as encaminham para a esfera judicial, tentando tumultuar as relações do trabalho e ganhar tempo. É esta postura que está sendo condenada na Eletrosul e, infelizmente, tem sido seguida em outras estatais. Com esta irresponsabilidade, têm sido tratados os problemas que atingem toda a população, explicando, talvez, o porquê do Brasil ter andado para trás no último ano.

### EDUCAÇÃO

## Governo quer municipalizar

Para os trabalhadores em educação (aproximadamente 50 mil na rede estadual de SC) a municipalização significa existência de salários diferentes para o mesmo trabalho em municípios vizinhos, formas de contratações diferenciadas, além do retrocesso à nível educacional diante da fragmentação da educação. "Os municípios ricos teriam condições de fornecer um ensino de melhor qualidade do que os mais pobres" explica o presidente do Sinte.

Um dos argumentos que o general Augusto Pinochet usou para municipalizar o ensino no Chile foi que a comunidade poderia controlar o serviço que utilizaria. O processo levou seis anos e no início da década de 80 estava sendo concluído. Três anos depois, entre 1983 e 1985, inicia a privatização, favorecida pelo baixo nível de ensino oferecido pelos municípios. Aos poucos foram sendo feitos convênios para que os empresários passassem a administrar as escolas e o Estado passou a subsidiar o custo dos estudos dos alunos.

O maior objetivo do Governo Kleinübing na educação é a municipalização do ensino. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte) vê a medida como um passo para a privatização e por isto tem desenvolvido uma campanha para que as prefeituras do estado não firmem convênio deste tipo.

A presidente do Sinte, Rita de Cássia Gonçalves, alerta para os enganos que a proposta de municipalização trás na aparência como a conversa de descentralização. Na verdade, o plano não pretende descentralizar as verbas, mas apenas seu repasse, deixando, assim, o poder nas mesmas mãos. O que se altera é uma maior dependência financeira dos municípios ao Governo Estadual e quanto mais pobre for a cidade menor será a capacidade de pressão da sociedade civil para garantir seus recursos. O clientelismo político que esta situação gera é evidente, julga Rita de Cássia, prevendo as filas de prefeitos pedindo verbas ao governador.

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glaucio Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6168) e Rosângela Bion (DRT/SC 1019). Ilustração: Franck Maia. Impressão: Gráfica do jornal O Estado. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis, SC. Fone: (0482) 22-3866. Telex: 48-2555. Fax: 23-5596. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

### LUTA PELA TERRA

## Tensão e medo no Oeste

Mais um agricultor morreu nos conflitos por terra em Santa Catarina. A reforma agrária está parada e os sem-terra estão vivendo com o auxílio da LBA. Processos de desapropriações e assentamentos vão e vêm entre a Justiça e o Incra.

Texto e foto: Jacques Mick (NOIS)

Num distrito de Abelardo Luz, debaixo de uma cruz de madeira sem inscrições, no meio de uma floresta de cruzeiros semelhantes, jaz a 13ª vítima dos conflitos pela terra, no Brasil, desde que o governo Collor tomou posse. É Vilmar Brizola, agricultor de 19 anos, assassinado com um tiro de revólver 38, na madrugada de 25 de março, quando tentava ocupar uma área desapropriada há mais de um ano, junto com 18 famílias sem-terra do Oeste do Estado.

Três peões e um dos donos da fazenda Santin, na Serra dos Buracos, defenderam com balas um terreno considerado improdutivo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A polícia ainda não descobriu o culpado, mas, o assassinato engrossa a lista de crimes provocados pela lentidão governamental em realizar a reforma agrária.

A terra que as famílias tentaram ocupar estava desde 1988 na mira para a desapropriação que só foi oficializada em 7 de março de 90. Em 88, a área havia passado às mãos do Banco Econômico, que um ano depois a revendeu para os Santin, antigos proprietários. Na época, as 18 famílias foram assentadas

provisoriamente pelo Incra, mas, em outubro 90, foram despejadas pela Justiça, que garantia aos Santin a posse da terra já desapropriada. Um mês após o despejo, o Incra depositou em juízo o valor dos 223 hectares (Cr\$ 23 milhões) e passou para a Justiça a responsabilidade de efetivar o assentamento das famílias.

Mas de dois anos depois do início do processo de desapropriação, o Incra culpa a Justiça pela morte de Vilmar. "A sentença judicial está demonstrando muito", diz o superintendente do órgão no estado, Elio Wolff. A Justiça, cedendo à pressão dos proprietários, formou nova comissão de perícia que desde o começo desta semana está reavaliando o preço do terreno. "A imissão de posse não foi dada porque o valor era muito baixo", diz Nerci Santin, proprietário da Transportadora Macuco em Abelardo Luz, que divide com o irmão Nildo a posse do terreno.

Para Nerci, "90% da culpa pela morte do sem-terra é do Incra", que trata com lentidão a reforma agrária. Na terra, "uma área produtiva", segundo os Santin, cresce alguma mandioca, mingum o milho e o feijão por causa da seca, vivem poucas cabeças de gado. Para "proteger" essa

área, os Santin encarregaram três peões armados de espingardas. Depois do assassinato, o número de seguranças foi multiplicado.

A maioria das plantações da Fazenda Santin foi obra das famílias, que jogaram as sementes na terra antes do despejo. Desde então, os sem-terras vivem em tendas debaixo das árvores da propriedade de Brás Machado, um pequeno agricultor de Abelardo Luz. São pedaços de plástico preto jogados sobre frágeis armações de madeira, uma casa que multiplica os temores diante de um inverno provavelmente rígido, antecipado pelas noites frias do outono. Nessas 15 barracas vivem 87 pessoas, a maioria mulheres e seus filhos, à espera de decisões do governo.

"Nós decidimos ocupar de novo a terra porque não tínhamos outra saída", diz Narciso Pereira, uma espécie de líder dos sem-terra. Sem poder colher o que plantaram, os agricultores vivem das cestas mensais de alimentos da Legião Brasileira de Assistência. "Dura uns dez dias", diz Narciso. O assentamento das famílias só acontecerá depois que a Justiça terminar a perícia. Os sem-terra esperam que seja ainda no outono, antes que o inverno faça novas vítimas.



## Collor mentiu sobre a reforma

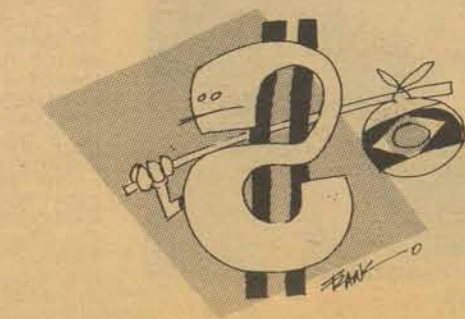
O Incra promete assentar 600 famílias sem terra em 1991, 471 delas hoje acampadas em sete áreas. Desde o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, foram assentados em Santa Catarina apenas 2.051 famílias, em 44 assentamentos que somam 40 mil hectares. A Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc) calcula que existem 140 mil famílias sem terra no estado. São 12 milhões de famílias no Brasil.

O presidente Fernando Collor de Mello prometeu assentar 500 mil famílias em cinco anos. No governo Sarney, foram realizados 515 projetos de assentamento, com 89.950 famílias, e 57 projetos de colonização, com 90 mil famílias. Até agora, Collor apenas distribuiu títulos de propriedade sobre os 4,7 milhões de hectares desapropriados por José Sarney. Para cumprir o que prometeu, o novo governo precisaria assentar, até março de 1995, mais de 260 agricultores por dia.

### POLÍTICA

## Projeto: muita conversa e pouca ação no país de recessão

Jose Alvaro Cardoso  
DIEESE Bancários Fpolis



Apesar da perplexidade que tomou conta de alguns setores da sociedade, e da empolgação demonstrada por alguns parlamentares pertencentes inclusive a partidos de esquerda, devemos analisar o "Projeto de Reconstrução Nacional", divulgado no último dia 14 com prudência e (pelo menos) um pé atrás. Afinal, independente do conteúdo do mesmo, é bom considerarmos que o "projeto" teve pelo menos dois objetivos que transcendem o seu conteúdo em si: romper o isolamento

político em que se encontra o governo, retomando assim a iniciativa política; evitar um julgamento dos erros cometidos em um ano de governo Collor, por parte da sociedade.

Caldo de galinha e uma boa pitada de ceticismo só podem fazer bem. O documento está muito bem escrito e pode até ser um ponto de partida para um debate no seio da sociedade, que aponte saídas para a crise na qual estamos enterrados. Entretanto, mais importante do que aquilo que se diz

(ou se escreve) é o que se faz. O que assistimos neste primeiro ano foi a implantação de uma política econômica que contraiu o PIB (Produto Interno Bruto) em 4,6% (a maior taxa negativa em 47 anos) e aumentou em 29% o desemprego em relação a 89. Aliás, esta incompatibilidade entre o discurso e a ação foi a marca registrada do 1º ano do governo Collor (éta governozinho mentiroso).

Algumas passagens do referido texto nos dão a nítida impressão de que o governo supõe que já resolveu o problema da inflação e da pobreza. Ou seja, resolveu o problema de curto prazo, emergencial, partamos agora para a discussão de longo prazo. Ninguém é contra o longo prazo, só que esta equipe praticamente inviabilizou esta discussão, ao aprofundar a con-

centração de renda e (deliberadamente) elevar a taxa de desemprego, engrossando assim as fileiras do exército de miseráveis que vegeta Brasil afora. Isto não é má vontade ou demagogia de nossa parte, mas uma inegável constatação.

O documento é permeado pela concepção neoliberal que, já sabemos, predomina amplamente no interior do governo. O pressuposto é o de que a privatização vai resolver todos os nossos problemas. Isto é uma empulhação muito grande. Só mesmo um povo muito pobre e desinformado pode engolir uma história dessas. Estamos cansados de repetir que o nível de intervenção do estado na economia no Brasil é inferior a países como Estados Unidos, Alemanha, Japão e, inclusive, Inglaterra. (continua na próxima semana).

## TRIBUNA Livre

Um grupo de empregados da Celesc\*

## Carta de celesquianos para celesquiano

Caro Kleinübing,

Estamos na CELESC há anos e realmente a construímos, bem como você falou em várias ocasiões nestes últimos dias (também na posse de nosso presidente). Gostaríamos de apresentar algumas considerações a respeito dos planos que vem sendo divulgados e que nos dizem respeito.

1. "A folha de pagamento deverá ser mantida em 30% da arrecadação da empresa". Hoje, nosso salário está em um patamar mais digno, principalmente em relação aos meses de abril de 1989 e 1990, onde passamos os piores dias de nossas vidas.

Mas porque hoje consideramos um nível mais digno e a empresa está desembolsando em torno dos 30% desajustado em torno dos 30% desajustado em valores extremamente altos, e bem acima dos índices inflacionários, para atender uma gritaria geral dos responsáveis pelo sistema elétrico brasileiro, com o objetivo de propiciar condições para a expansão do sistema. Mas temos que ter bem claro conosco que a tarifa é definida pelo governo federal, com base na conjuntura, nos casuísticos políticos e nos interesses dos verdadeiros mandantes da economia do país.

E o que pretende um nosso companheiro que assumiu uma posição de destaque na nossa sociedade? Vincular o poder aquisitivo de todos nós a este jogo de interesses que não propicia tranquilidade a ninguém? Entendemos sim, que a referência para a definição de nosso poder aquisitivo deva ser no mínimo a elevação média do custo de nossas vidas, e recomendamos o uso de parâmetros reais para a definição de nosso salário.

A CELESC tem condições de suportar as variações da remuneração de seu produto, mas nós individualmente não devemos ser penalizados pelo descalabro de oscilações aleatórias pelas quais passa a economia de nosso país.

2. "A CELESC deve ter seu quadro funcional enxugado". A avaliação deste assunto deve ter sido feita por especialistas no assunto, com fundamentação técnica em empresas do ramo em todo o mundo (número de consumidores por empregado, considerando o perfil dos consumidores e o percentual de geração própria da empresa).

Entendemos a preocupação e concordamos com as medidas, desde que a maneira a ser executada considere o respeito a todos nós que durante anos estamos construindo esta empresa, com dedicação e muito trabalho.

Para isso há necessidade de, com primeira atitude, sejam fechadas as portas para admissões de novos empregados.

Simultaneamente, seja procedido um diagnóstico de todos os casos de cargos que irão vagar (devido a aposentadorias ou outros motivos) e são imprescindíveis ao funcionamento da CELESC.

Para isto, proceder um programa preparatório de substitutos selecionados dentro do próprio quadro funcional.

A admissão de novos empregados só deve se dar em casos extremos de inexistência de substitutos habilitados e impossibilidade completa de treinamento de alguém para executar o serviço.

Resalte-se aqui que isso será procedido em funções que afetarão diretamente o funcionamento do sistema elétrico.

Adicionalmente, deverão ser cancelados todos os contratos de prestação de serviços, abolindo-se assim a figura do empregado contratado da história da CELESC. Esta prática permite a exploração dessas pessoas que trabalham junto conosco, e que recebem salários bastante inferiores a nós e não tem nossos direitos, além da abertura que dá aos administradores da empresa a se corromperem, pois é folclórica a figura do pagamento de propinas aos responsáveis por este sistema que lamentavelmente vem sendo cada vez mais utilizado nos órgãos públicos e empresas de economia mista.

A partir daí, todos os serviços executados pela CELESC deverão ser feitos por seus próprios empregados.

3. "Desejamos acabar com a corrupção". Além do aspecto já citado anteriormente com respeito aos contratados, vemos um problema sério na aquisição de materiais pela empresa.

Sugerimos que seja precedida uma verificação em todos os processos de aquisição em andamento na CELESC, nos valores cotados para fornecimento de materiais e o preço praticado nos balcões dos fornecedores. Também deve ser montada uma sistemática de acompanhamento permanente deste particular em todos os processos que venham a ser efetuados pela CELESC.

Assinam esta carta em 25.03.91.

\* Vilmar Raimundo, Miguel Jacinto, Nélio da Rosa, Edio Valentim da Silva, Hartmut Hubscher, Luiz Eller, Felisberto Fortunato, Pedro J. de Pedro, Zélio Luz, Sidinei de Oliveira, Luiz Novelto.

# Abandonados, os povos da floresta resistem

Mais de vinte anos depois de ser aberta como uma obra de repercussão internacional, a Transamazônica não passa de muito mato, muito buraco, falta de condições de tráfego e, o que é pior, um saldo social de 75 mil crianças fora da escola, 39% da população semi-analfabeta ou analfabeta. Na vasta região existem apenas 35 escolas de 1º grau, 7 de 2º, 9 médicos e 1 dentista que atendem nos três hospitais públicos que existem na região entre Altamira e Pavajás. São 240 mil habitantes experimentando um completo abandono.

O que era para ser estrada resume-se em 2.800 km de rodovias vicinais para serem recuperadas, 1.900 km a serem reconstruídos. Além disso, 1.400 km precisam de recuperação total, pois foram fechados pela mata. O que seria um impulso para o desenvolvimento virou condenação à miséria para os agricultores que foram deslocados para lá empurrados pela esperança.

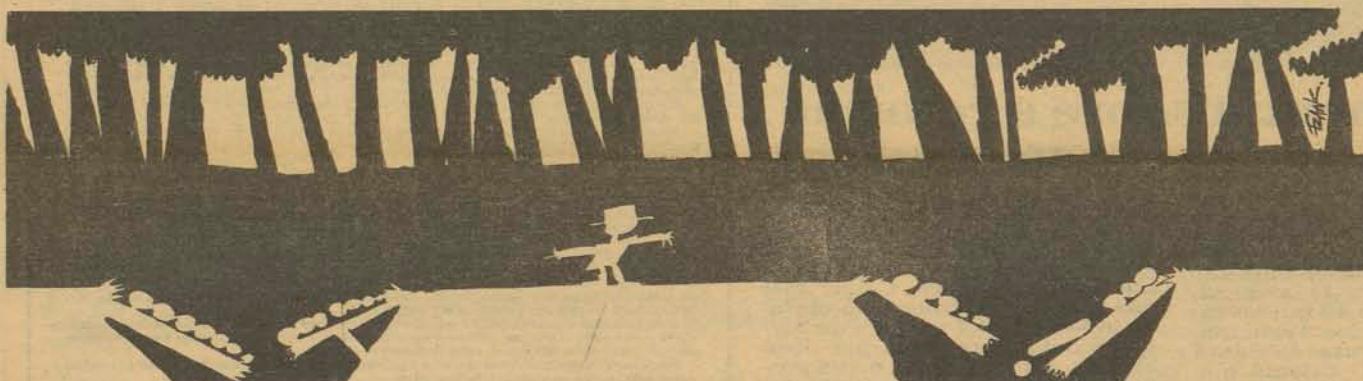
"Uma terra sem homens para homens sem terra", dizia o governo Médici propalando o "milagre brasileiro". A terra passou

a ter alguns homens mas os homens ganharam terra e nenhum apoio, nenhuma condição de produzir, embora vivam sobre uma das áreas mais produtivas do planeta. Agricultores de várias partes do Brasil foram transformados em bóias-frias e meeiros.

Resistindo a esta situação, os habitantes da região criaram o Movimento pela sobrevivência na Transamazônica. Com o lema "viver, produzir e preservar", a organização reivindica atenção do governo. "Não estamos exigindo o impossível", diz um docu-

mento dos moradores da região. "Queremos melhorar as condições de saúde com a construção de hospitais públicos e a contratação de médicos especializados em doenças da região, queremos escolas, regularização das terras e financiamentos para a produção, além da extensão da energia da usina de Tucuruí para os municípios da região.

Luiz Gonzaga Pereira da Silva e Eugênio Suk fazem parte do Movimento e receberam a incumbência de divulgar a situação da Transamazônica no sul do Brasil. Eles estiveram em Florianópolis procurando órgãos de imprensa e sindicatos para falar especialmente dos problemas da área que fica entre os municípios de Repartimento e Ruralópolis, no Pará, região onde vivem. "Não suportamos mais as mortes desnecessárias de colonos e principalmente de crianças que ocorrem todos os anos por falta de estradas e de assistência médica", denunciam. Eles se dizem vítimas de uma saída irresponsável dos governos militares para os problemas de terra do país. "Hoje o governo finge que nós não existimos", lamentam.



## Joãozinho 30: carnaval comunitário

Pouca gente subiu o morro da escola de samba mais tradicional de Florianópolis, a Copa Lord, na quarta-feira da semana santa, para ouvir o carnavalesco mais famoso do país. Joãozinho Trinta veio falar do envolvimento que a escola deve ter com a comunidade e pregar a união das entidades que fazem acontecer a festa do samba. "A criatividade do carnaval deve continuar durante o resto do ano", reclamou.

A criatividade que Joãozinho ensina parte da experiência de sua escola, a Beija-Flor, instalada num dos lugares mais pobres do Rio de Janeiro, Nilópolis, na Baixada Fluminense. Lá além de preparar parte de um dos maiores espetáculos da terra, os carnavalescos desenvolvem um trabalho educacional junto a crianças de 0 a 6 anos (a creche atende 400 crianças) que, depois, ingressam no educandário próprio que garante também alimentação e médico.

O destino são oficinas profissionalizantes que aliam o interesse de possibilitar um ofício ao de garantir mão-de-obra para as escolas. Formam-se car-

pinteiros, costureiras, pintores, escultores.

Em 1976 Joãozinho trocou o Salgueiro pela Beija-Flor justamente para poder realizar esta integração. Diz que não conseguia conviver com a decadência do morro do Salgueiro e o desinteresse do pessoal da escola em fazer alguma coisa contra a marginalidade, disseminação de tóxico, prostituição e desorientação das crianças. "Osmar Valença, ex-presidente do Salgueiro, não entendia que era preciso envolver toda comunidade no trabalho, que a escola não servia apenas para um momento de festa, de brincadeira".

A Beija-Flor deu um novo sentido para as escolas de samba, pois antes delas as pessoas envergonhavam-se de contar que moravam em Nilópolis, segundo Joãozinho, que aproveita o potencial carnavalesco da comunidade para as atividades comunitárias. Ele batizou de "multirão da alegria" o movimento pelo qual os próprios moradores vão dando conta dos serviços públicos e, conseqüentemente - na opinião de

Joãozinho - desperta a atenção da prefeitura.

Antes de ser questionado sobre o assunto, Joãozinho Trinta tratou de falar sobre a relação das escolas de samba do Rio de Janeiro com os bicheiros, que prefere chamar de "corretores de zoológico, para tratá-los com respeito". Ele defende bicheiros como seu patrão, Anísio, da Beija-Flor, e jura que as escolas têm dinheiro suficiente com a arrecadação de arquibancadas, das transmissões de TVs, da gravação de disco e merchandising. Por isto, afirma que "as escolas se libertaram, não precisam do dinheiro dos bicheiros". Não explicou, porém, porque apenas as que estão ligadas a eles acabam nos primeiros lugares da premiação.

Joãozinho aponta a questão do tóxico como das principais causas para seu trabalho inovador na escola de samba. E perguntado sobre o fato do envolvimento com drogas ser uma das principais atividades atribuídas aos bicheiros, garante ignorância: "No momento

em que eu tiver certeza que o pessoal do jogo do bicho transa com tóxico eu vou dizer, Joãozinho Trinta, você é o mais idiota de todas as pessoas da face da terra".

Rosimeri Laurindo - Nois (Núcleo Organizado de Imprensa Sindical).

**LINHA**  
*aberta*